

X

OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABIS E A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO*

*Elizabete Gonçalves de Souza
José Valdir Jesus de Santana
Estela Santos de Oliveira
Ludimila Souza Almeida Freire*

Introdução

A Educação para as relações étnico-raciais (ERER) é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, sistematizada principalmente pela ação do Movimento Negro Unificado, que se constituiu em fins da década de 1970 como precursor dessa discussão, tendo como objetivo a superação do racismo e a reeducação da sociedade brasileira para construção de uma nova sociabilidade (GOMES, 2017). Para tal tarefa, intelectuais negros e negras produzem a politização e deslocamento do conceito “raça” de uma perspectiva colonizada para uma perspectiva decolonial, ou seja, o conceito “raça” passa então a ser tomado como elemento de potência de histórias, culturas e saberes “outros”.

Neste artigo apresentamos e descrevemos as pesquisas acadêmicas localizadas no banco de dissertações e teses da CAPES, que tinham como “objeto” de investigação os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABIS, de modo a compreender as suas dinâmicas de funcionamento e como suas ações têm sido centrais para a descolonização do conhecimento nos espaços das Universidades e para a promoção de uma educação para as relações étnico-raciais.

As discussões aqui apresentadas compõem um capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Educação, militância decolonial e antirracismo: um estudo sobre o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB” (SOUZA, 2021), defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sob orientação do prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana. A pesquisa teve como objetivo analisar como o ODEERE tem se constituído como espaço de decolonização do conhecimento e de que forma tem elaborado uma Pedagogia Decolonial/Antirracista.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e a decolonização do conhecimento

Maldonado-Torres (2019) afirma que a colonização não se encerra com a descolonização e libertação política dos territórios outrora colonizados, tendo em vista que a lógica do modelo colonial atravessa os séculos e constrói subjetividades colonizadas, que operam e articulam a experiência social dos sujeitos até a contemporaneidade, fenômeno que

* DOI - 10.29388/978-65-6070-019-2-0-f.152-168

é denominado como “colonialidade” que, conforme o autor, opera em três dimensões distintas: “[...] a colonialidade do poder, do ser e do saber.” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 42).

A colonialidade é a consequência do processo histórico colonial que se estruturou sobre a violência, hierarquização de povos e, nesse sentido, naturalizou a opressão de determinados grupos e a dominação de outros; opressão e dominação que se manifestam especialmente através do eurocentrismo, epistemicídio e do racismo.

Maldonado-Torres (2019, p. 42) assim define a colonialidade:

[...] a colonialidade do saber, ser e poder é informada, se não constituída, pela catástrofe metafísica, pela naturalização da guerra e pelas várias modalidades da diferença humana que se tornaram parte da experiência moderna/colonial enquanto, ao mesmo tempo, ajudam a diferenciar modernidade de outros projetos civilizatórios e a explicar os caminhos pelos quais a colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade.

As instituições modernas e, nesse caso destacamos as Universidades, carregam as marcas da colonialidade que se manifestam através do “privilegio epistêmico”, onde os saberes do homem branco europeu são elevados à categoria de ciência e saberes outros, não branco, ocupam a condição de superstição, bruxaria, ou seja, conhecimentos diversos são apreciados tendo como régua um padrão branco europeu que, conseqüentemente, produz negação de todos os conhecimentos externos à Europa, como afirma Santos (2010).

Grosfoguel (2016) nos ajuda a pensar sobre o papel da universidade e sua atuação para produção e manutenção de uma ciência eurocêntrica, universalista, através da qual foram produzidos epistemicídios com o desperdício de saberes, de experiências variadas e de sujeitos que foram subalternizados diante de “[...] um sistema mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista.” (GROSFOGUEL, 2016, p. 40). Nesse sentido, as universidades estruturam-se sobre o que foi denominado de “colonialidade do saber”.

As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não há um escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial. (GROSFOGUEL, 2016, p. 43).

Conforme Grosfoguel (2016, p. 31), o privilégio epistêmico produziu no mundo moderno/colonial diversos epistemicídios, os quais Grosfoguel elenca:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”. 2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; 3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e 4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas.

Por outro lado, esse autor destaca a dimensão da luta do projeto decolonial que o Movimento Negro construiu ao longo da história do Brasil para romper com a hegemonia branca eurocêntrica que estrutura a sociedade, aprovando leis como a 10.639/03 e a implantação de políticas de ações afirmativas (GROSGOGUEL, 2016), o Estatuto da Igualdade Racial, só para citarmos alguns exemplos. Da mesma forma, segundo Gomes (2017, p. 42), “[...] o Movimento Negro, enquanto forma de organização política e de pressão social, tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a Universidade.”. Ademais, na perspectiva da autora,

O Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra, entendidos como integrantes do pensamento e das práticas decoloniais latino-americanas, explicitam nas suas análises e reflexões a crítica aos padrões coloniais de poder, de raça, de trabalho e de conhecimento. Além disso, indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e de conhecimento científico. (GOMES, 2019, p. 224).

Gomes (2019, p. 227) afirma que é “[...] nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade.”, posto que ela nos “[...] remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais.” (GOMES, 2019, p. 227), de forma que é possível afirmar que as práticas político-epistêmicas do Movimento Negro se constituíram como projetos decoloniais mesmo antes da decolonialidade, enquanto “campo acadêmico”, se constituir, se tivermos como referência a constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade, como já apresentado em outra seção deste trabalho. Contudo, como pondera Gomes (2019, p. 233) “[...] falta-nos reconhecer o quanto já temos um pensamento decolonial na educação, em particular, e nas Ciências Humanas e Sociais, em geral, construído sobre uma perspectiva negra brasileira. E, a partir dele e com ele, indagar os currículos e o conhecimento.”.

Sob a ótica de que o racismo presente na sociedade brasileira é uma forte expressão da colonialidade, contra o qual o Movimento Negro¹ tem lutado há décadas, no campo da educação, a aprovação da Lei 10.639/03 é fruto da luta desse ato político para a construção de uma educação antirracista e descolonizadora dos currículos escolares e universitários, conforme Gomes (2017). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – em 2003 foi

¹“Movimento Negro, entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história” (GOMES, 2017, p. 28).

alterada pela Lei 10.639/03 com a inserção dos artigos 26A e 79B, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio. No ano seguinte, essa obrigatoriedade que foi ampliada com a Resolução CNE/CP 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2008, a lei 10.639/2003 é alterada, tornando-se 11.645, posto que além das determinações da obrigatoriedade das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, torna-se obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas na educação básica. Segundo Gomes (2012, p. 105),

A mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros.

Esse movimento vem atender a reivindicações históricas de parcela significativa da população brasileira, negros e indígenas, que ao longo da História foram colocados em um lugar de subalternidade e tem como expectativa promover uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas e indígenas que formam a diversidade cultural brasileira.

O Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013), reconhece os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) como espaços apropriados para a elaboração de material e formação de professores voltados às temáticas das relações étnico-raciais. Segundo Nogueira,

O Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, lançado em 2008, surgiu para subsidiar, apoiar e regulamentar as ações em prol da modificação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. O documento não deixa dúvidas: toda a sociedade brasileira é destinatária dessas ações. Negras, negros e indígenas não devem ser definidas(os)

como agentes exclusivas(os) das políticas em prol de uma educação antirracista. (NOGUEIRA, 2014, p. 18).

Do ponto de vista da organização institucional, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABIs são órgãos auxiliares das instituições de ensino superior que tem por objetivo ofertar ensino, pesquisa e extensão sobre as diversidades étnicas e temáticas afro-brasileiras e indígenas que estão no centro do contexto de aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que determinam a inclusão dos estudos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os povos indígenas nos diversos níveis de ensino e modalidades da educação básica, como já referido.

A existência dos núcleos, da associação² e dos congressos específicos e voltados para a temática das relações étnico-raciais, das questões africanas e de outros temas de interesse da população negra, que congregam pesquisadores negros das diversas áreas do conhecimento, é também uma inflexão político-epistemológica. [...] A criação dessas instâncias se deve ao reconhecimento do racismo epistêmico que não somente despreza e invisibiliza o conhecimento produzido pelos intelectuais negros e negras brasileiros e estrangeiros, como também apresenta uma leitura atenuante do racismo e das desigualdades raciais, sobretudo no Brasil. (GOMES, 2019, p. 240).

Nessa perspectiva, os NEABIs se constituem como espaço de formação para a educação das relações étnico-raciais e, portanto, antirracista, produtoras de “pedagogias decoloniais” que, segundo Walsh (2009, p. 27) são “[...] aquelas pedagogias que integram o questionamento e a análise crítica, a ação social transformadora, mas também a insurgência e intervenção nos campos do poder, saber e ser, e na vida.”. Uma educação decolonial é essencialmente antirracista, expressando-se na crítica à epistemologia eurocêntrica e organizando os oprimidos no sentido da emancipação.

O movimento de descolonização do pensamento promovido pelos NEABIs é parte importante de um projeto contra hegemônico, decolonial, que se funda na luta dos movimentos sociais que não negam o conflito e a dialética histórica, posto que são movimentos marcados por tensão, avanços e retrocessos no seu cotidiano. Todavia, é um movimento necessário e capaz de promover as transformações pelas quais os movimentos sociais e, em especial o Movimento Negro, vêm lutando há décadas.

Descolonizar o conhecimento, em larga medida, significa romper com as bases eurocêntricas presentes na educação brasileira, significa repensar o que nos ensinaram a pensar, significa uma nova concepção de mundo, mas também mudança de comportamento

²Nilma Lino Gomes faz referência à Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros - ABPN, criada em 2000, responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros - COPENE. “A ABPN surgiu para congregar pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente um lugar de reconhecimento das experiências sociais do Movimento Negro como conhecimentos válidos.” (GOMES, 2017, p. 35).

diante do mundo, uma nova ética e outras estéticas aliadas ao acolhimento da diversidade humana.

Esse movimento nos faz perceber que descolonizar o pensamento é fortalecer outros lugares de produção do conhecimento, é acolher epistemologicamente outros saberes que se fundamentam noutros pressupostos éticos, morais, educacionais, e culturais; movimento que os NEABIs, com suas especificidades, têm cultivado nessa última década. A educação para as relações étnicas, a produção de etnicidades, a valorização de diferentes legados, especialmente de coletivos negros, indígenas que, historicamente, foram excluídos dos espaços de produção de conhecimento, têm sido centrais para a produção de outros saberes e epistemologias que tencionam a ciência eurocêntrica, esse movimento de descolonização do pensamento e enfrentamento do racismo tem sido um dos objetivos dos NEABIs em todo território brasileiro.

Conforme Munanga (1999) a falsa ideia de democracia racial impede o reconhecimento do racismo e dificulta o seu combate e, dessa forma, toca profundamente na dificuldade que temos de enfrentar o racismo na escola, a estrutura institucional da Educação, responsável pela formação das novas gerações, posto que esta instituição se encontra apegada à ideia de democracia racial. A superação do racismo passa, necessariamente, pela formação do professor, porém, tendo em vista o caráter eurocêntrico da Universidade, essa formação deve ser pensada a partir de uma perspectiva decolonial.

A produção acadêmica sobre os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABIS

Por entendermos a centralidade dos NEABIs na construção de um projeto de educação antirracista, decolonial, apresentaremos algumas pesquisas que têm por objeto de estudo esses Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Para identificar essas pesquisas, realizamos busca no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Escolhemos o catálogo de teses e dissertações da Capes devido à atualidade dos seus registros, uma vez que o banco é alimentado permanentemente e, devido à abrangência, suas informações cobrem todos os cursos de Mestrado e Doutorado em funcionamento no país. O levantamento foi realizado entre os meses de fevereiro a maio de 2020, através dos descritores: Educação das relações étnicas e NEABI.

Nas pesquisas disponíveis na Plataforma Sucupira não foi encontrado nenhum estudo sobre o Órgão de Educação das Relações Étnicas ODEERE, o NEABI da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, fato que se repetiu ao fazer a busca no banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - PPGREC da UESB.

Ao utilizar o descritor NEABI no banco de dissertações e teses da CAPES, foram encontrados vinte e quatro publicações; dessas publicações cadastradas na Plataforma Sucupira, onze não possuíam divulgação autorizada ou eram trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira, restando treze trabalho, todos defendidos como dissertação de mestrado. Após a leitura, três estudos foram descartados porque não tinham como objeto de

estudo os NEABIs. Em seguida, realizamos a leitura na íntegra das dissertações, o que nos possibilitou descrever cada uma das pesquisas, evidenciando os objetivos, a metodologia, a corrente teórica bem como os resultados obtidos em cada investigação.

Segundo Creswell (2010), a revisão bibliográfica ou “estado do conhecimento” é compreendida como uma das primeiras etapas da pesquisa científica e tem como propósito ampliar discussões e preencher lacunas de estudos anteriores desenvolvidos no campo, podendo ainda contribuir para a melhor definição do problema de pesquisa, bem como, situar a relevância social da investigação dentro do escopo teórico-metodológico já constituído no campo acadêmico. Essa etapa possui tanto uma dimensão de categorização, de caráter descritivo, como uma faceta de análise crítica, ou seja, que ultrapassa a simples explicitação daquilo que já se produziu, mas possibilita de fato uma leitura atenta da realidade que poderá situar o campo de investigação, como também apontar lacunas e necessidades de outras investigações ainda não suficientemente contempladas dentro do que foi estudado.

Passamos a apresentar a revisão bibliográfica realizada conforme quadro abaixo:

Quadro 01 – Dissertações encontradas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

| Nº | Título | Autor | Instituição | Nível | Ano |
|----|--|---------------------------------|---|----------|------|
| 01 | Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos afro-brasileiros na Universidade Federal do Paraná | Gioconda Ghiggi | Universidade Federal do Paraná | Mestrado | 2017 |
| 02 | Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o facebook como uma fonte de informação étnico-racial | Andréia Sousa da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina | Mestrado | 2018 |
| 03 | Jovens negros no Colégio Pedro II: ações afirmativas e identificação racial | Verônica de Souza Silva | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Mestrado | 2015 |
| 04 | Cabeçalhos de assunto para estudos africanos e afro-brasileiros para o Neab Udesc | Graziela dos Santos Lima | Universidade do Estado de Santa Catarina | Mestrado | 2016 |
| 05 | A instituição de educação superior como agente de política de promoção da igualdade racial estudo de caso no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros Indígenas e Africanos (Neab) ou correlato da UFRGS | Marta Mariano Alves | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Mestrado | 2017 |
| 06 | Políticas de ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais no ensino superior: um estudo de caso na UFRPE | Elida Roberta Soares de Santana | Universidade Federal Rural de Pernambuco | Mestrado | 2019 |

| | | | | | |
|----|--|--|--|----------|------|
| 07 | A formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais na modalidade a distância: a experiência do curso UNIAFRO/UFO | Silvana Vanessa Peixoto | Universidade Federal de Ouro Preto | Mestrado | 2017 |
| 08 | Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (Neab) Ayó: uma experiência em uma escola da rede municipal de educação do Rio de Janeiro | Gustavo Pinto Alves da Silva | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | Mestrado | 2018 |
| 09 | O fortalecimento da identidade negra no contexto da educação superior: um olhar sobre os negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais nos cursos de graduação da UFGD | Maria Aparecida Pereira dos Santos Ribeiro | Universidade Federal da Grande Dourados | Mestrado | 2017 |
| 10 | Neabs, educação das relações étnico-raciais e formação continuada de professores | Ana Emília da Silva Pereira | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | Mestrado | 2013 |

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2021.

Os NEABIs constituem-se como ambiente privilegiado de decolonização do conhecimento e fortalecimento de subjetividades decoloniais, privilegiado porque a legislação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) reconhece a luta do movimento negro nesse sentido e oficializa o NEAB como espaço de desconstrução e enfrentamento ao racismo/sexismo epistêmico na estrutura do conhecimento. O levantamento que realizamos sobre NEABIs, será apresentado abaixo, trazendo uma síntese do estudo, evidenciando, principalmente, os objetivos e os resultados/achados destas pesquisas.

A pesquisa de Ghiggi (2017) intitulada: *Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na Universidade Federal do Paraná* teve por objetivos analisar o papel do NEAB- UFPR (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná) no período de 2004 a 2015. O NEAB atua através de quatro dimensões: Institucional, Ensino, Pesquisa e Extensão, Movimento Negro e a dimensão formativa, sob as quais realiza as mais diversas ações como propor e executar políticas públicas, especialmente as políticas de ações afirmativas; cursos de extensão relacionados à questão racial e à formação de professores. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos a revisão bibliográfica, análise documental, questionários e análise das publicações do NEAB e de cem monografias dos cursos de especialização, tendo como sujeitos de pesquisa estudantes concluintes dos cursos de especialização ofertados por esse NEAB. A autora cerca-se de teóricos e intelectuais negros como Nilma Lino Gomes e contextualiza a atuação do NEAB com a história do Movimento Negro. Os achados da pesquisam indicaram que a formação continuada realizada pelo NEAB em questão contribuiu para o desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais nas práticas

pedagógicas dos professores e professoras participantes, bem como avaliou que o citado órgão realizou muitos dos pontos previstos no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais (2013) no que se tange à formação continuada dos/das professores/as.

Ghiggi (2017) faz um amplo estudo sobre a formação continuada de professores abarcando mais de uma década de estudos, apontando os avanços na formação, bem como os entraves para a inserção da temática da diversidade e sua possível resignificação; identifica as resistências dos professores para mudar a prática pedagógica eurocêntrica e evidencia em seu trabalho a continuidade de discursos sustentados no mito da democracia racial, a formação escolar e universitária baseada em uma história única e a negação da cultura negra e indígena no ambiente escolar.

A pesquisa de Silva (2018) intitulada: *Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o Facebook como uma fonte de informação étnico-racial* teve como objetivo investigar como os NEABs catarinenses ALTERITAS, NEAB-FURB, NEAB-UDESC, NEABI-UFFS, NEAB-UNIVILLE, NUVIC, NEABUNESC, NEAB-UNIPLAC, NEABI-IFSC GASPAR e NEAB Estácio de Sá utilizam o Facebook como ferramenta de comunicação e disseminação de conhecimentos. Como metodologia, a pesquisadora utilizou o trabalho de Corrêa e Silva (2017) que apresenta, categoriza e discute as postagens presentes no Facebook.

O estudo foi fundamentado nas teorias pós-coloniais e nas abordagens dos intelectuais Oliveira e Lins (2014) e Bhambra (2014). A autora analisou uma quantidade considerável de postagens dos NEABs no Facebook que foram organizadas em categorias e evidenciaram a utilização dessa plataforma para disseminação de conteúdo étnico-racial, numa perspectiva de descolonização do conhecimento.

A pesquisa apurou que o Facebook foi a plataforma mais utilizada para comunicação de atividade de ensino, pesquisa e extensão desses órgãos, tendo em vista disseminação de conhecimentos decoloniais.

A investigação de Lima (2016) com o título: *Cabeçalhos de assunto para estudos africanos e afro-brasileiros*, trata-se de pesquisa do Mestrado Profissional em Gestão de Unidade de Informação (PPGInfo), da Universidade de Santa Catarina, e teve como objetivo construir um Cabeçalho de Assuntos para o Campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), para indexar as aquisições da Biblioteca, além de organizar as publicações do próprio Núcleo, tendo em vista a organização dos conhecimentos produzidos sobre essa temática. O arcabouço teórico metodológico conta com autores como Pinheiro (1997) e Le Coadic (2004) que produzem sobre ciência da informação. A pesquisa é de natureza aplicada, sendo que a mesma surge de uma necessidade observada pela pesquisadora e tem o propósito de “gerar conhecimento para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos; tem abordagem qualitativa e quantitativa e utiliza-se de material bibliográfico como objeto de análise”. A pesquisadora aponta que uma Lista de Cabeçalhos pode auxiliar na representação e organização do campo das relações étnicas, todavia, ainda é necessário um estudo Especializado no Campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros.

A pesquisa de Alves (2017) intitulada: *A Instituição de Educação Superior como agente de política de promoção da igualdade racial: Estudo de caso no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Indígenas e Africanos (NEAB) ou correlato da UFRGS* teve como objetivo analisar as atribuições do NEAB/UFRGS, imposta pela legislação educacional vigente, enquanto instância político-institucional de promoção da igualdade racial para o povo afro-brasileiro, tendo como método o estudo de caso. O estudo mostra que há avanços em relação no debate acerca das questões étnico-raciais, principalmente através da extensão universitária e que novas propostas na área de ensino e pesquisa estão sendo pensadas implementadas pelo NEAB, mostrando o compromisso, o esforço e a dedicação dos membros do NEAB para alcançar os objetivos legais do núcleo.

Por outro lado, a autora conclui que há uma variedade de obstáculos que precisam ser superados no processo de implementação das atribuições previstas na legislação educacional para o NEAB. Esses obstáculos caracterizam os limites institucionais atuais no contexto do NEAB e da UFRGS e precisam ser entendidos na relação com o racismo que caracteriza a sociedade brasileira.

Peixoto (2017) com a pesquisa *A formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais na modalidade a distância: a experiência do curso UNIAFRO/UFOP*, teve como objetivo identificar e analisar as possibilidades e limites da Educação a distância - EAD na formação continuada, tendo como foco o curso de especialização da Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola.

A pesquisa apresenta como centro de interesse investigativo o contexto de surgimento da Lei 10.639/2003, o Programa UNIAFRO e a institucionalização e contribuições dos NEABs para a formação continuada de professores. Conforme Peixoto,

Especificamente com relação ao processo de ensino e aprendizagem, do ponto de vista do aluno, apesar das dificuldades encontradas, principalmente no tocante à interação, à comunicação, à organização para o estudo e o processo de elaboração do TCC, entre outros, a formação oferecida pelo Curso Uniafro criou condições para a reflexão crítica sobre a temática, a ter acesso a materiais, a aquisição do conhecimento sobre a história e cultura africana e indígena e, ainda, sobre as relações étnico-raciais. Enfim, criou condições para que o aluno pudesse rever conceitos e a reorganizar as práticas e concepções. (PEIXOTO, 2017, p. 210).

Contudo, conforme a autora, se ficou evidenciado que a EAD pode contribuir para a formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais, a preocupação com a formação deverá “[...] incidir na qualidade da proposta pedagógica, com a capacidade da instituição para a oferta, com a qualificação da equipe e com o uso adequado das TICs.” (PEIXOTO, 2017, p. 211). Foram identificados os limites da EAD para a formação continuada dos alunos, como as dificuldades de organização para o estudo, de comunicação e interação por meio do AVA - plataforma Moodle, e no processo de elaboração do TCC. Como aspectos positivos foram localizadas a flexibilidade, a possibilidade de conciliar estudo e trabalho, de conhecer novos materiais e práticas

educativas aliadas às TICs, além de ter contribuído para pensar a reorganização de práticas educacionais.

Silva (2018) com a pesquisa *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: uma experiência em uma escola da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro* teve como objetivo analisar a trajetória histórica, política e pedagógica que marca a criação do NEAB dentro de uma escola de ensino fundamental. O lócus da pesquisa é um NEAB criado na Escola Municipal Clementino Fraga, no Rio de Janeiro, buscando refletir acerca das ações que impactam no cotidiano dos alunos, professores e comunidade do entorno, visando uma formação antirracista. Do ponto de vista metodológico, o autor utiliza-se das narrativas dos sujeitos envolvidos com o NEAB, em seus diferentes papéis – professores, direção e alunos para pensar a formação dos professores e das práticas pedagógicas em consonância com as demandas de uma educação antirracista.

Os achados da pesquisa indicam que o NEAB tem atuado de forma contínua na formação de professores e funcionários, pensando uma educação para relações étnico-raciais, elaborando propostas de intervenção, socializadas no ambiente escolar e para além dos muros da escola. O Núcleo tem sido vinculado às políticas de igualdade racial junto aos órgãos públicos e privados; sinaliza também a fragilidade da formação de professores no que tange ao tratamento da educação para as relações étnicas, destacando a importância da reflexão sobre temas como racismo, preconceito, discriminação, que tem impactado a vida escolar e o desempenho de estudantes negros.

A investigação de Silva (2015), *Jovens Negros no colégio Pedro II: ações afirmativas e identificação racial* objetivou analisar as significações que os professores e gestores do Colégio Pedro II atribuem às políticas de recortes raciais implementadas na instituição, a partir da obrigatoriedade estabelecida pela lei 12.711/12, a lei de Cotas, investigando também como os professores identificam os estudantes negros deste estabelecimento de ensino.

A pesquisadora realiza um vasto estudo sobre a implantação da lei de cotas no Brasil, trazendo elementos históricos e sociais que sustentam a necessidade dessa medida, especialmente quando se considera o contexto do racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira. O estudo concluiu que a política de cotas impactou o contexto escolar da instituição, bem como, a percepção da gestão e profissionais a respeito da política de cotas. Com a análise das entrevistas, foi possível concluir que a maioria dos professores da instituição são favoráveis ao sistema de cotas, todavia, observa-se algumas objeções a cotas raciais.

A pesquisa apontou alguns sinais de mudanças da instituição, produzidas pelo conjunto de ações referente à política de cotas, sendo o NEAB vinculado ao Colégio um dos responsáveis pela realização de ações que favoreceram discussões sobre a temática racial e, conseqüente, mudanças nas mentalidades dos profissionais dessa instituição.

Em *Políticas de Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Superior: um estudo de caso na UFRPE*, Santana (2019) investiga o processo de institucionalização do debate a respeito da educação das relações étnico-raciais nos currículos das licenciaturas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A metodologia adotada foi o estudo de caso, com levantamento bibliográfico sobre o tema, entrevistas com professoras (es)

ministrantes da disciplina “Educação das Relações Étnico-raciais” e com representantes do NEAB, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG e do Fórum das Licenciaturas.

Diante dos resultados obtidos, compreendemos que a implementação da disciplina educação para as relações étnico-raciais na UFRPE imprime à dinâmica político pedagógica da UFRPE iniciativas como articulação da PREG com o fórum de licenciaturas e o NEAB, refletindo em sistematização de iniciativas administrativas e pedagógicas, diante de debates e elaboração de documentos que norteiam ações da gestão superior no tocante a implementação da disciplina e modificações nos projetos pedagógicos das licenciaturas, provocando assim, a redefinição dos currículos dos cursos e a reflexão sobre a produção do conhecimento na universidade, todavia, identificamos também resistências nesse processo. Nesse sentido, observamos a necessidade de continuidade no debate a nível das políticas institucionais e práticas educativas, mobilizando a constante atualização de planejamento estratégico que contemple na formação de professoras/es a questão da educação para as relações étnico-raciais. (SANTANA, 2019, p. 114-115).

Ademais, o estudo sinalizou a importância dos NEABIs como órgão fundamental para a articulação e desenvolvimento de discussões sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos espaços acadêmicos, em parceria com os movimentos sociais e com a sociedade, legitimando esses espaços como instâncias capazes de construir e efetivar políticas públicas no que se refere à questão da etnicidade no ensino superior.

Ribeiro (2017), em sua pesquisa *O fortalecimento da identidade negra no contexto da educação superior: um olhar sobre os negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais nos cursos de graduação da UFGD* teve como objetivo identificar as possibilidades dos acadêmicos negros, ingressantes pelas cotas raciais nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, fortalecerem a identidade, no contexto da educação superior, considerando-se que o espaço acadêmico e a cultura universitária estão marcados pelo eurocentrismo, pelos estereótipos e pelo preconceito. Trata-se de um estudo com abordagem metodológica qualitativa, usando a pesquisa bibliográfica, análise documental e teve como sujeitos da pesquisa seis acadêmicos negros cotistas de diferentes cursos ingressantes no período de 2013 a 2016.

Através das entrevistas com estudantes cotistas e demais instrumentos de investigação, o estudo apurou que o racismo institucional estrutura as relações pessoais e a produção do conhecimento, tendo em vista que as políticas de ações afirmativas não se constituem como pautas de estudos na instituição. No campo individual, observa-se a discriminação racial e o preconceito como elementos que dificultam a permanência do estudante na universidade. Além disso,

As falas dos sujeitos mostraram que a maioria não participa do Programa de Assistência Estudantil, e relataram certa dificuldade para o acesso, talvez pela burocracia citada, ou por optarem pelo salário, visto que a maioria é estudante trabalhador. Assim, enfatizamos que os ingressantes pelas cotas raciais necessitam de um acompanhamento específico na

instituição. Averiguamos, nos depoimentos, que os acadêmicos que participaram dos eventos promovidos pelo NEAB encontraram elementos que contribuíram para o seu fortalecimento identitário. Também notou-se que muitos dos sujeitos participantes da pesquisa não se envolvem porque não conhecem as ações do núcleo. (RIBEIRO, 2017, 136).

A dificuldade de acesso aos docentes negros que discutem e pesquisam as políticas afirmativas e as relações étnico-raciais na universidade inibe ainda mais o fortalecimento da identidade desses acadêmicos. Em outra dimensão, o estudo apontou que os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal da Grande Dourados contribuíram para o fortalecimento da identidade étnica dos estudantes.

Pereira (2013), com a pesquisa *Neabs, Educação das Relações Étnico-Raciais e Formação Continuada de Professores* teve por objetivo estudar as ações desenvolvidas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pelo Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (Leafro/UFRRJ) e na Universidade Federal Fluminense – UFF, pelo Programa de Educação sobre o Negro (Penesb/UFF), integrantes do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros CONNEABS, a partir da produção de conhecimento sobre as ações e práticas pedagógicas de alguns egressos dos Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu, “Diversidade Étnica e Educação Brasileira” e “Raça, Etnias e Educação no Brasil”, desenvolvidos, respectivamente, pelo Leafro e pelo Penesb, com o apoio do Programa Uniafro. O foco foi investigar a rotina dos egressos dos cursos citados para mensurar o impacto dessa formação na prática pedagógica desses profissionais, levando em conta a redução das práticas discriminatórias. Os estudos apontaram a efetividade dos cursos realizados na promoção da igualdade racial e respectiva elevação da garantia de direitos da população afro brasileira.

Os cursos oferecidos pelos Neabs estão concentrados na modalidade de extensão e especialização. Eles contribuíram para qualificar a práxis docente de seus egressos e isso aparece nas “falas” dos entrevistados ao relatarem o momento em que se defrontam com situações de preconceito racial na escola. Na realidade, eles promovem uma revisão de conceitos atitudes e valores aos cursistas e isto de certa forma provoca reflexões sobre as ações e atitudes dos profissionais, no campo profissional e também no que se refere à vida pessoal. Além disso, o curso ofereceu subsídios para a identificação das demais formas de racismo presente no cotidiano escolar, professor em relação ao aluno – que relacionam as dificuldades de aprendizagem às origens étnico-raciais dos estudantes; neste caso, o sucesso dos alunos também está relacionado ao pertencimento étnico-racial, ao fenótipo; professor em relação à temática história de África – onde ocorre a recusa em reconhecer a importância do continente africano para a formação do aluno; aluno em relação a aluno – nos momentos de conflitos, disputa por territórios, poder. (SILVA, 2013, p. 81).

Os resultados obtidos com a pesquisa indicaram, ainda, que além de políticas de acesso à educação para a população negra, é necessário que a Universidade desenvolva políticas de permanência, tendo em vista elementos materiais e simbólicos que valorizem a história e cultura dos afrodescendentes, como já em operação no NEAB dessas instituições, restando apenas que essa ação se fortaleça e amplie a sua atuação no interior da Universidade e fora dela.

Através deste levantamento sobre os NEABIs, observamos que o tema mais recorrente das pesquisas que envolvem estes Núcleos volta-se à implantação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 que trata da inserção dos estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares em todos os níveis de ensino; investiga como a intervenção dos NEABIs garante a formação continuada de profissionais da educação no sentido de transformar suas práticas pedagógicas e de inserir em suas práticas uma pedagogia antirracista.

Compreendemos que os NEABIs estão em processo de construção de outras epistemologias, reconhecimento e valorização da cultura, da história e saberes dos povos negros e indígenas, o que significa um rompimento com o cânone científico eurocêntrico colonial; ficou evidente, a partir desse levantamento, que a educação é um lugar de possibilidade de rompimento com a “colonialidade do saber” (MALDONADO-TORRES, 2019), no entanto, é também o campo que na lógica capitalista configura-se como espaço de reprodução dos padrões racistas e de exclusão.

Durante o processo de levantamento bibliográfico sobre os NEABs foi possível compreender o papel que tem sido desempenhado por esse órgão no que se refere à descolonização do pensamento, às tensões que sua existência institucional produz no interior da academia, tal qual os debates que ele suscita; foi possível perceber a importância histórica desse órgão e sua dimensão para a implementação de uma transformação na mentalidade do conjunto da sociedade brasileira, tendo em vista o seu caráter formativo através dos processos de educação, tanto formal quanto informal.

Conforme Gomes (2019, p. 224), intelectuais e coletivos negros, desde a década de 1990 “[...] indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico.”, um processo que chamamos de descolonização do conhecimento que vem sendo desenvolvido de forma sistemática pelo NEABIs, conforme os estudos apresentados acima.

Os NEABIs, a despeito de pertencer hierarquicamente à estrutura das Universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2016), se constituíram como espaço de descolonização do pensamento e de produção de identidades descolonizadas, na medida em que se organizam sob parâmetros antirracistas que buscam desenvolver políticas públicas de ações afirmativas no interior das universidades de tradição eurocêntrica.

Concluindo esse levantamento, destacamos algumas questões comuns ao conjunto de estudos aqui apresentados:

- A criação dos NEABIs, nas Universidades, esteve atravessada por tensões e conflitos institucionais.

- A iniciativa de criação dos NEABIs geralmente parte de estudiosos das questões étnico-raciais, que também são ativistas sociais nestas temáticas.
- Os estudiosos, em sua maioria, foram impactados em suas vidas pessoais ou profissionais pelo fenômeno do racismo, mas acreditam no poder transformador da educação para alterar as mentalidades colonizadas.
- As publicações analisadas nesse levantamento, não mobilizaram os referenciais teóricos do campo da decolonialidade, exceto uma pesquisa.³

Pensar a intervenção dos NEABIs, conhecer as dinâmicas e tensões que cercam essa instituição é, de certa maneira, revisitar a História do Brasil com todas as suas nuances, tendo em vista fenômenos e elementos que suscitaram a criação de um órgão, que nasce da resistência e para resistência, para fazer falar vozes silenciadas e emancipar sujeitos colocados em posição de subalternidade.

Referências

ALVES, M. M. **A instituição de educação superior como agente de política de promoção da igualdade racial: estudo de caso no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Indígenas e Africanos (NEAB) ou correlato da UFRGS.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BHAMBRA, G. K. As possibilidades quanto a sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado.** Brasília, v. 29, n. 1, p. 131-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5869/5312> Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 3/2004.** Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto.** Trad. Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GHIGGI, G. **Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Paraná.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

³A pesquisa de Silva (2018) intitulada *Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: Análise sobre o Facebook como uma fonte de informação étnico-racial.*

- GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, N. L. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNADINO-COSTA, J.; MADONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 223-246.
- GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso: 09 jan. 2020.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2020.
- LE COADIC, Y. F. **A Ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LIMA, G. dos S. **Cabeçalhos de assunto para estudos africanos e afro-brasileiros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, J.; MADONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, R. **O ensino de Filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.
- OLIVEIRA, L. F.; LINS, M. R. F. Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 365- 385, março-junho, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/167/164>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- PEIXOTO, S. V. **A formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais na modalidade a distância: a experiência do curso UNIAFRO/UFOP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.
- PEREIRA, A. E. da S. **Neabs, educação das relações étnico-raciais e formação continuada de professores**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Programa de Pós-Graduação em Educação,

Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, L. V. R. **A ciência da informação entre luz e sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar.** 1997. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, M. A. P. dos S. **O fortalecimento da identidade negra no contexto da educação superior: um olhar sobre os negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais nos cursos de graduação da UFGD.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

SANTANA, E. R. S. de. **Políticas de ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais no ensino superior: um estudo de caso na UFRPE.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. S. da. **Os núcleos de estudos afro-brasileiros de Santa Catarina e o contexto informacional: análise sobre o facebook como uma fonte de informação étnico-racial.** 2018. (Mestrado em Ciências da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

SILVA, G. P. A. da. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: uma experiência em uma escola da rede municipal de educação do Rio de Janeiro.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, V. de S. **Jovens negros no Colégio Pedro II: ações afirmativas e identificação racial.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, E. G. de. **Educação, militância decolonial e antirracismo: um estudo sobre o Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE/UESB.** 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié-BA, 2021.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42.